

**No. 41664**

---

## **Multilateral**

**Multilateral Agreement on social security of the Southern Common Market (with administrative arrangement). Montevideo, 15 December 1997**

**Entry into force: 1 June 2005, in accordance with article 17 (see following page)**

**Authentic texts: Portuguese and Spanish**

**Registration with the Secretariat of the United Nations: Paraguay, 19 July 2005**

---

## **Multilatéral**

**Accord multilatéral de sécurité sociale du Marché commun du Sud (avec arrangement administratif). Montevideo, 15 décembre 1997**

**Entrée en vigueur : 1er juin 2005, conformément à l'article 17 (voir la page suivante)**

**Textes authentiques : portugais et espagnol**

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Paraguay, 19 juillet 2005**

<b>Participant</b>	<b>Ratification</b>
Argentina	29 Jan 2003
Brazil	18 Dec 2001
Paraguay	5 May 2005
Uruguay	7 Jul 2000

<b>Participant</b>	<b>Ratification</b>
Argentine	29 janv 2003
Brésil	18 déc 2001
Paraguay	5 mai 2005
Uruguay	7 juil 2000

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

## **ACORDO MULTILATERAL DE SEGURIDADE SOCIAL**

### **DO MERCADO COMUM DO SUL**

Os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai,

**CONSIDERANDO** o Tratado de Assunção de 26 de março de 1991 e o Protocolo de Ouro Preto de 17 de dezembro de 1994; e

**DESEJOSOS** em estabelecer normas que regulem as relações de Seguridade Social entre os países integrantes do MERCOSUL;

Decidiram celebrar o presente Acordo Multilateral de Seguridade Social nos seguintes termos:

### **TÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **ARTIGO 1**

1. Os termos e expressões que se enumeram a seguir possuem, para os efeitos de aplicação do Acordo, o seguinte significado:

a) "Estados Partes" designa à República Argentina, à República Federativa do Brasil, à República do Paraguai e à República Oriental do Uruguai, ou qualquer outro Estado que venha a aderir de acordo com o previsto no Artigo 19 do presente Acordo;

b) "Legislação", leis, regulamentos e demais disposições sobre Seguridade Social aplicáveis nos territórios dos Estados Partes;

c) "Autoridade Competente", os titulares dos organismos governamentais que, conforme a legislação interna de cada Estado Parte, teriam competência sobre os regimes de Seguridade Social;

d) "Organismo de Ligação", organismo de coordenação entre as instituições que intervenham na aplicação do Acordo;

e) "Entidades Gestoras", as instituições competentes para outorgar as prestações amparadas pelo Acordo;

f) "Trabalhador", toda pessoa que, por realizar ou ter realizado uma atividade, está ou esteve sujeita à legislação de um ou mais Estados Partes;

g) "Período de seguro ou contribuição", todo período definido como tal pela legislação sob a qual o trabalhador esteja acolhido, assim como qualquer período considerado pela mesma como equivalente a um período de seguro ou contribuição;

h) "Prestações pecuniárias", qualquer prestação em espécie, renda, subsídio ou indenização previstos pelas legislações e mencionadas no Acordo, incluído qualquer complemento, suplemento ou revalorização;

i) "Prestações de saúde", as destinadas a prevenir, conservar, restabelecer a saúde ou rehabilitar profissionalmente o trabalhador nos termos previstos pelas respectivas legislações nacionais;

j) "Familiares e assemelhados", pessoas definidas ou admitidas como tais pelas legislações mencionadas no Acordo.

2. Os demais termos ou expressões utilizados no Acordo possuem o significado que lhes atribui a legislação aplicável.

3. Os Estados Partes designarão e comunicar-se-ão as Entidades Gestoras e Organismos de Ligação.

## **TÍTULO II**

### **Âmbito de aplicação pessoal**

#### **ARTIGO 2**

1. Os direitos à Seguridade Social serão reconhecidos aos trabalhadores que prestem ou tenham prestado serviços em quaisquer dos Estados Partes, sendo-lhes reconhecidos, assim como a seus familiares e assemelhados, os mesmos direitos e estando sujeitos às mesmas obrigações que os nacionais de tais Estados Partes com respeito aos especificamente mencionados no presente Acordo.

2. O presente Acordo também será aplicado aos trabalhadores de qualquer outra nacionalidade residentes no território de um dos Estados Partes, desde que prestem ou tenham prestado serviços em tais Estados Partes.

## **TÍTULO III**

### **Âmbito de aplicação material**

#### **ARTIGO 3**

1. O presente Acordo será aplicado em conformidade com a legislação de seguridade social referente às prestações contributivas pecuniárias e de saúde existentes nos Estados Partes, na forma, condições e extensão aqui estabelecidas.

2. Cada Estado Parte concederá as prestações pecuniárias e de saúde de acordo com sua própria legislação.

3. As normas sobre prescrição e caducidade vigentes em cada Estado Parte serão aplicadas ao disposto neste Artigo.

## **TÍTULO IV**

### **Determinação da legislação aplicável**

#### **ARTIGO 4**

O trabalhador estará submetido à legislação do Estado Parte em cujo território exerça a atividade laboral.

#### **ARTIGO 5**

O princípio estabelecido no Artigo 4 tem as seguintes exceções:

a) o trabalhador de uma empresa com sede em um dos Estados Partes que desempenhe tarefas profissionais, de pesquisa, científicas, técnicas ou de direção, ou atividades similares, e outras que poderão ser definidas pela Comissão Multilateral Permanente prevista no Artigo 16, Parágrafo 2, e que seja deslocado para prestar serviços no território de outro Estado, por um período limitado, continuará sujeito à legislação do Estado Parte de origem até um prazo de doze meses, suscetível de ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante prévio e expresso consentimento da Autoridade Competente do outro Estado Parte;

b) o pessoal de vôo das empresas de transporte aéreo e o pessoal de trânsito das empresas de transporte terrestre continuarão exclusivamente sujeitos à legislação do Estado Parte em cujo território a respectiva empresa tenha sua sede;

c) os membros da tripulação de navio de bandeira de um dos Estados Partes continuarão sujeitos à legislação do mesmo Estado. Qualquer outro trabalhador empregado em tarefas de carga e descarga, conserto e vigilância de navio, quando no porto, estará sujeito à legislação do Estado Parte sob cuja jurisdição se encontre o navio;

2. Os membros das representações diplomáticas e consulares, organismos internacionais e demais funcionários ou empregados dessas representações serão regidos pelas legislações, tratados e convenções que lhes sejam aplicáveis.

## **TÍTULO V**

### **Disposições sobre prestações de saúde**

#### **ARTIGO 6**

1. As prestações de saúde serão outorgadas ao trabalhador deslocado temporariamente para o território de outro Estado Parte, assim como para seus familiares e assemelhados, desde que a Entidade Gestora do Estado de origem autorize a sua outorga.
2. Os custos que se originem de acordo com o previsto no parágrafo anterior correrão a cargo da Entidade Gestora que tenha autorizado a prestação.

## **TÍTULO VI**

### **Totalização de períodos de seguro ou contribuição**

#### **ARTIGO 7**

1. Os períodos de seguro ou contribuição cumpridos nos territórios dos Estados Partes serão considerados, para a concessão das prestações por velhice, idade avançada, invalidez ou morte, na forma e nas condições estabelecidas no Regulamento Administrativo. Este Regulamento Administrativo estabelecerá também os mecanismos de pagamento pro-rata das prestações.
2. O Estado Parte onde o trabalhador tenha contribuído durante um período inferior a doze meses poderá não reconhecer prestação alguma, independentemente de que tal período seja computado pelos demais Estados Partes.
3. Caso o trabalhador ou seus familiares e assemelhados não tenham reunido o direito às prestações de acordo com as disposições do Parágrafo 1, serão também computáveis os serviços prestados em outro Estado que tenha celebrado acordos bilaterais ou multilaterais de Seguridade Social com qualquer dos Estados Partes.
4. Se somente um dos Estados Partes tiver concluído um acordo de seguridade com outro país, para fins da aplicação do Parágrafo 3, será necessário que tal Estado Parte assuma como próprio o período de seguro ou contribuição cumprido neste terceiro país.

#### **ARTIGO 8**

Os períodos de seguro ou contribuição cumpridos antes da vigência do presente Acordo serão considerados no caso de que o trabalhador tenha períodos de seguro ou contribuição posteriores a essa data, desde que estes

não tenham sido utilizados anteriormente na concessão de prestações pecuniárias em outro país.

## TÍTULO VII

### **Disposições aplicáveis a regimes de aposentadoria e pensões de capitalização individual**

#### ARTIGO 9

1. O presente Acordo será aplicável também aos trabalhadores filiados a um regime de aposentadoria e pensões de capitalização individual estabelecido por algum dos Estados Partes para a obtenção das prestações por velhice, idade avançada, invalidez ou morte.

2. Os Estados Partes e os que venham a aderir, no futuro, ao presente Acordo que possuirem regimes de aposentadoria e pensões de capitalização individual poderão estabelecer mecanismos de transferências de fundos para os fins de obtenção das prestações por velhice, idade avançada, invalidez ou morte. Tais transferências efetuar-se-ão na oportunidade em que o interessado comprovar direito à obtenção das respectivas prestações. A informação aos afiliados deverá ser proporcionada de acordo com a legislação de cada um dos Estados Partes.

3. As administradoras de fundos ou empresas seguradoras deverão dar cumprimento aos mecanismos previstos neste Acordo.

## TÍTULO VIII

### **Cooperação administrativa**

#### ARTIGO 10

Os exames médico-periciais solicitados pela Entidade Gestora de um Estado Parte, para fins de avaliação da incapacidade temporária ou permanente dos trabalhadores ou de seus familiares ou assemelhados que se encontrem no território de outro Estado Parte, serão realizados pela Entidade Gestora deste último e correrão por conta da Entidade Gestora que o solicite.

## TÍTULO IX

### **Disposições finais**

#### ARTIGO 11

1. As Entidades Gestoras dos Estados Partes pagarão as prestações pecuniárias em moeda de seu próprio país.

2. As Entidades Gestoras dos Estados Partes estabelecerão mecanismos de transferências de fundos para o pagamento das prestações pecuniárias do

trabalhador ou de seus familiares ou assemelhados que residam no território de outro Estado.

#### **ARTIGO 12**

As prestações pecuniárias concedidas de acordo com o regime de um ou de outro Estado Parte não serão objeto de redução, suspensão ou extinção exclusivamente pelo fato de que o trabalhador ou seus familiares ou assemelhados residam em outro Estado Parte.

#### **ARTIGO 13**

1. Os documentos que sejam necessários para os fins do presente Acordo não necessitarão de tradução oficial, visto ou legalização pelas autoridades diplomáticas, consulares e de registro público, desde que tenham tramitado com a intervenção de uma Entidade Gestora ou Organismo de Ligação.

2. A correspondência entre as Autoridades Competentes, Organismos de Ligação e Entidades Gestoras dos Estados Partes será redigida no respectivo idioma oficial do Estado emissor.

#### **ARTIGO 14**

As solicitações e documentos apresentados perante as Autoridades Competentes ou Entidades Gestoras de qualquer Estado Parte onde o interessado comprove períodos de seguro ou contribuição ou residência surtirão efeito como se fossem apresentados às Autoridades ou Entidades Gestoras correspondentes do outro Estado Parte.

#### **ARTIGO 15**

Os recursos que corresponda interpor, perante uma Autoridade Competente ou Entidade Gestora de qualquer Estado Parte onde o interessado tenha períodos de seguro ou contribuição ou residência, serão considerados como interpostos em tempo hábil, mesmo quando apresentados à instituição correspondente do outro Estado Parte, desde que sua apresentação seja efetuada dentro do prazo estabelecido pela legislação do Estado perante o qual devam ser fundamentados os recursos.

#### **ARTIGO 16**

1. O presente Acordo será aplicado em conformidade com as disposições do Regulamento Administrativo.

2. As Autoridades Competentes instituirão uma Comissão Multilateral Permanente, que deliberará por consenso e onde cada representação estará integrada por até 3 membros de cada Estado Parte. A Comissão terá as seguintes funções:

a) verificar a aplicação do Acordo, do Regulamento Administrativo e demais instrumentos complementares;

b) assessorar as Autoridades Competentes;

c) planejar as eventuais modificações, ampliações e normas complementares;

d) manter negociações diretas, por um prazo de 6 meses, a fim de resolver as eventuais divergências sobre a aplicação do Acordo. Vencido o término anterior sem que tenham resolvido as diferenças, qualquer um dos Estados Partes poderá recorrer ao sistema de solução de controvérsia vigente entre os Estados Partes do Tratado de Assunção.

3. A Comissão Multilateral Permanente reunir-se-á uma vez por ano, alternadamente em cada um dos Estados Partes, ou quando o solicite um deles.

4. As Autoridades Competentes poderão delegar a elaboração do Regulamento Administrativo e demais instrumentos complementares à Comissão Multilateral Permanente.

#### **ARTIGO 17**

1. O presente Acordo estará sujeito à ratificação e entrará em vigor a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do depósito do último instrumento de ratificação.

2. O presente Acordo e seus instrumentos de ratificação serão depositados perante o Governo da República do Paraguai, o qual comunicará aos Governos dos Estados Partes a data do depósito dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do presente Acordo.

3. O Governo da República do Paraguai enviará cópia autenticada do presente Acordo aos Governos dos demais Estados Partes.

4. A partir da entrada em vigor do presente Acordo, ficarão derrogados os Acordos Bilaterais de Seguridade Social ou de Previdência Social celebrados entre os Estados Partes. A entrada em vigor do presente Acordo não significará em nenhum caso a perda de direitos adquiridos ao amparo dos mencionados Acordos Bilaterais.

#### **ARTIGO 18**

1. O presente Acordo terá duração indefinida.

2. O Estado Parte que desejar se desvincular do presente Acordo poderá denunciá-lo ao qualquer momento pela via diplomática, notificando disso ao

Depositário, que o comunicará aos demais Estados Partes. Neste caso, não serão afetados os direitos adquiridos em virtude deste Acordo.

3. Os Estados Partes regulamentarão, de comum acordo, as situações decorrentes da denúncia do presente Acordo.

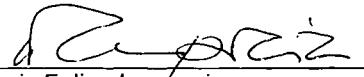
4. A denúncia surtirá efeito 6 meses depois da data de notificação.

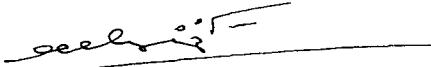
#### ARTIGO 19

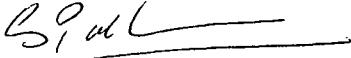
O presente Acordo estará aberto à adesão, mediante negociação, a aquele Estado que no futuro adiram ao Tratado de Assunção.

Feito em Montevidéu, em 15 de dezembro de 1997, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.

  
Guido di Tella  
Ministro de Relaciones  
Exteriores y Culto  
República Argentina

  
Luis Felipe Lampreia  
Ministro de Relaciones Exteriores  
República Federativa del Brasil

  
Ruben Melgarejo Lanzoni  
Ministro de Relaciones Exteriores  
República del Paraguay

  
Carlos Pérez del Castillo  
Ministro (i) de Relaciones Exteriores  
Uruguay

**REGULAMENTO ADMINISTRATIVO PARA A APLICAÇÃO DO ACORDO  
MULTILATERAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MERCADO COMUM DO  
SUL**

Os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai,

Em cumprimento ao disposto no Artigo 16 do Acordo Multilateral de Seguridade Social, estabelecem o seguinte Regulamento Administrativo:

**TÍTULO I**

**Disposições Gerais**

**ARTIGO 1**

Para a aplicação do presente Regulamento Administrativo:

1. O termo "Acordo" designa o Acordo Multilateral de Seguridade Social entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai ou qualquer outro Estado que venha a aderir.
2. O termo "Regulamento Administrativo" designa o presente Regulamento Administrativo.
3. As expressões e termos definidos no Artigo 1 do Acordo têm o mesmo significado no presente Regulamento Administrativo.
4. Os prazos mencionados no presente Regulamento Administrativo contar-se-ão, salvo expressa menção em contrário, em dias corridos. No caso de vencerem em dia não útil, prorrogar-se-ão até o dia útil seguinte.

**ARTIGO 2**

1. São Autoridades Competentes os titulares: na Argentina, do Ministério de Trabalho e Seguridade Social e do Ministério da Saúde e Ação Social; no Brasil, do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Ministério da Saúde; no Paraguai, do Ministério da Justiça e do Trabalho e do Ministério da Saúde Pública e Bem-Estar Social; e no Uruguai, do Ministério do Trabalho e da Seguridade Social.

2. São Entidades Gestoras: na Argentina, a Administração Nacional da Seguridade Social (ANSES), as Caixas ou Institutos Municipais e Provinciais de Previdência, a Superintendência de Administradores de Fundo de Aposentadorias e Pensões e as Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões, no que se refere aos regimes que amparam as contingências de velhice, invalidez e morte baseadas no sistema de reparto ou no sistema de capitalização individual, e a Administração Nacional do Seguro de Saúde (ANSSAL) no que se refere às prestações de saúde; no Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Saúde; no Paraguai, o Instituto de Previdência Social (IPS); e no Uruguai, o Banco de Previdência Social (BPS).

3. São Organismos de Ligação: na Argentina, a Administração Nacional da Seguridade Social (ANSES) e a Administração Nacional do Seguro de Saúde (ANSSAL); no Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Saúde; no Paraguai, o Instituto de Previdência Social (IPS); e no Uruguai, o Banco de Previdência Social (BPS).

4. Os Organismos de Ligação estabelecidos no Parágrafo 3 deste Artigo terão como objetivo facilitar a aplicação do Acordo e adotar as medidas necessárias para lograr sua máxima agilização e simplificação administrativas.

## **TÍTULO II**

### **Disposições sobre o deslocamento temporário de trabalhadores**

#### **ARTIGO 3**

1. Para os casos previstos na alínea "1.a" do Artigo 5 do Acordo, o Organismo de Ligação expedirá, mediante solicitação da empresa do Estado de origem do trabalhador que for deslocado temporariamente para prestar serviços no território de outro Estado, um certificado no qual conste que o trabalhador permanece sujeito à legislação do Estado de origem, indicando os familiares e assemelhados que o acompanharão nesse deslocamento. Cópia de tal certificado deverá ser entregue ao trabalhador.

2. A empresa que deslocou temporariamente o trabalhador comunicará ao Organismo de Ligação do Estado que expediu o certificado, neste caso, a interrupção da atividade prevista na situação anterior.

3. Para os efeitos estabelecidos na alínea "1.a" do Artigo 5 do Acordo, a empresa deverá apresentar a solicitação de prorrogação perante a Entidade Gestora do Estado de origem. A Entidade Gestora do Estado de origem expedirá o certificado de prorrogação correspondente, mediante consulta prévia e expresso consentimento da Entidade Gestora do outro Estado.

4. A empresa apresentará as solicitações a que se referem os Parágrafos 1 e 3 com trinta dias de antecedência mínima da ocorrência do fato gerador. Em caso contrário, o trabalhador ficará automaticamente sujeito, a partir do início da atividade ou da data de expiração do prazo autorizado, à legislação do Estado em cujo território continuar desenvolvendo suas atividades.

### **TÍTULO III**

#### **Disposições sobre as prestações de saúde**

##### **ARTIGO 4**

1. O trabalhador deslocado temporariamente nos termos da alínea "1.a" do Artigo 5 do Acordo, ou seus familiares ou assemelhados, para que possam obter as prestações de saúde durante o período de permanência no Estado Parte em que se encontrem, deverão apresentar ao Organismo de Ligação o certificado aludido no Parágrafo 1 ou 3 do Artigo anterior.

##### **ARTIGO 5**

O trabalhador ou seus familiares e assemelhados que necessitarem de assistência médica de urgência deverão apresentar perante a Entidade Gestora do Estado em que se encontrem o certificado expedido pelo Estado de origem.

### **TÍTULO IV**

#### **Totalização de períodos de seguro ou contribuição**

##### **ARTIGO 6**

1. De acordo com o previsto no Artigo 7 do Acordo, os períodos de seguro ou contribuição cumpridos no território dos Estados Partes serão considerados, para a concessão das prestações por velhice, idade avançada, invalidez ou morte, observando as seguintes regras:

- a) Cada Estado Parte considerará os períodos cumpridos e certificados por outro Estado, desde que não se superponham, como períodos de seguro ou contribuição, conforme sua própria legislação;
- b) Os períodos de seguro ou contribuição cumpridos antes do início da vigência do Acordo serão considerados somente quando o trabalhador tiver períodos de trabalho a cumprir a partir dessa data;
- c) O período cumprido em um Estado Parte, sob um regime de seguro voluntário, somente será considerado quando não for simultâneo a um período de seguro ou contribuição obrigatório cumprido em outro Estado.

2. Nos casos em que a aplicação do Parágrafo 2 do Artigo 7 do Acordo venha exonerar de suas obrigações a todas as Entidades Gestoras competentes dos Estados Partes envolvidos, as prestações serão concedidas ao amparo, exclusivamente, do último dos Estados Partes aonde o trabalhador reúna as condições exigidas por sua legislação, com prévia totalização de todos os períodos de seguro ou contribuição cumpridos pelo trabalhador em todos os Estados Partes.

## **ARTIGO 7**

As prestações a que os trabalhadores, seus familiares e dependentes tenham direito, ao amparo da legislação de cada um dos Estados Partes, serão pagas de acordo com as normas seguintes:

1. Quando se reúnam as condições requeridas pela legislação de um Estado Parte para se ter direito às prestações sem que seja necessário recorrer à totalização de períodos prevista no Título VI do Acordo, a Entidade Gestora calculará a prestação em virtude unicamente do previsto na legislação nacional que se aplique, sem prejuízo da totalização que possa solicitar o beneficiário.

2. Quando o direito a prestações não se origine unicamente com base nos períodos de seguro ou contribuição cumpridos no Estado Contratante de que se trate, a liquidação da prestação deverá ser feita tomando-se em conta a totalização dos períodos de seguro ou contribuição cumpridos nos outros Estados Partes.

3. Caso seja aplicado o parágrafo precedente, a Entidade Gestora determinará, em primeiro lugar, o valor da prestação a que o interessado ou seus familiares e assemelhados teriam direito como se os períodos totalizados tivessem sido cumpridos sob sua própria legislação e, em seguida, fixará o valor da prestação em proporção aos períodos cumpridos exclusivamente sob tal legislação.

## **TÍTULO VI**

### **Apresentação de solicitações**

## **ARTIGO 8**

1. Para obter a concessão das prestações de acordo com o estabelecido no Artigo 7 precedente, os trabalhadores ou seus familiares e assemelhados deverão apresentar solicitação, em formulário especial, ao Organismo de Ligação do Estado em que residirem.

2. Os trabalhadores ou seus familiares e dependentes, residentes no território de outro Estado, deverão dirigir-se ao Organismo de Ligação do Estado Parte sob cuja legislação o trabalhador se encontrava assegurado no último período de seguro ou contribuição.

3. Sem prejuízo do estabelecido no Parágrafo 1, as solicitações dirigidas às Autoridades Competentes ou Entidades Gestoras de qualquer Estado Parte aonde o interessado tenha períodos de seguro ou contribuição ou residência produzirão os mesmos efeitos como se tivessem sido entregues ao Organismo de Ligação previsto nos parágrafos anteriores. As Autoridades Competentes ou Entidades Gestoras receptoras obrigar-se-ão a enviá-las, sem demora, ao Organismo de Ligação competente, informando as datas em que as solicitações foram apresentadas.

#### ARTIGO 9

1. Para o trâmite das solicitações das prestações pecuniárias, os Organismos de Ligação utilizarão um formulário especial no qual serão consignados, entre outros, os dados de filiação do trabalhador ou, conforme o caso, de seus familiares e assemelhados, conjuntamente com a relação e o resumo dos períodos de seguro ou contribuição cumpridos pelo trabalhador nos Estados Partes.

2. O Organismo de Ligação do Estado onde se solicita a prestação avaliará, se for o caso, a incapacidade temporária ou permanente, emitindo o certificado correspondente, que acompanhará os exames médico-periciais realizados no trabalhador ou, conforme o caso, de seus familiares e assemelhados.

3. Os laudos médico-periciais do trabalhador consignarão, entre outros dados, se a incapacidade temporária ou invalidez é consequência de acidente do trabalho ou doença profissional, e indicarão a necessidade de reabilitação profissional.

4. O Organismo de Ligação do outro Estado pronunciar-se-á sobre a solicitação, em conformidade com sua respectiva legislação, considerando-se os antecedentes médico-periciais praticados.

5. O Organismo de Ligação do Estado onde se solicita a prestação remeterá os formulários estabelecidos ao Organismo de Ligação do outro Estado.

#### ARTIGO 10

1. O Organismo de Ligação do outro Estado preencherá os formulários recebidos com as seguintes indicações:

- a) períodos de seguro ou contribuição creditados ao trabalhador sob sua própria legislação;
- b) o valor da prestação reconhecida de acordo com o previsto no Parágrafo 3 do Artigo 7 do presente Regulamento Administrativo.

2. O Organismo de Ligação indicado no parágrafo anterior remeterá os formulários devidamente preenchidos ao Organismo de Ligação do Estado onde o trabalhador solicitou a prestação.

#### **ARTIGO 11**

1. A resolução sobre a prestação solicitada pelo trabalhador ou seus familiares e assemelhados será encaminhada pela Entidade Gestora de cada Estado Parte ao domicílio dos mesmos, por meio do respectivo Organismo de Ligação.

2. Uma cópia da resolução será remetida ao Organismo de Ligação do outro Estado.

#### **TÍTULO VI**

##### **Disposições finais**

#### **ARTIGO 12**

As Entidades Gestoras e os Organismos de Ligação dos Estados Partes deverão controlar a autenticidade dos documentos apresentados pelo trabalhador ou seus familiares e assemelhados.

#### **ARTIGO 13**

A Comissão Multilateral Permanente estabelecerá e aprovará os formulários de ligação necessários para a aplicação do Acordo e do Regulamento Administrativo. Tais formulários de ligação deverão ser utilizados pelas Entidades Gestoras e Organismos de Ligação para se comunicarem entre si.

#### **ARTIGO 14**

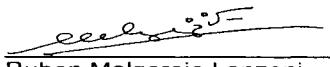
O presente Regulamento Administrativo terá a mesma duração do Acordo.

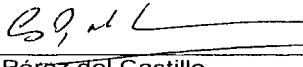
O presente Acordo será depositado junto ao Governo da República do Paraguai, o qual enviará cópia autêntica do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes.

Feito em Montevidéu, em 15 de dezembro de 1997, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
Guido di Tella  
Ministro de Relaciones  
Exteriores y Culto  
República Argentina

  
Luis Felipe Lampreia  
Ministro de Relaciones Exteriores  
República Federativa del Brasil

  
Ruben Melgarejo Lanzoni  
Ministro de Relaciones Exteriores  
República del Paraguay

  
Carlos Pérez del Castillo  
Ministro (i) de Relaciones Exteriores  
Uruguay

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

**ACUERDO MULTILATERAL DE SEGURIDAD SOCIAL  
DEL MERCADO COMÚN DEL SUR**

Los Gobiernos de la República Argentina, de la República Federativa del Brasil, de la República del Paraguay y de la República Oriental del Uruguay;

**CONSIDERANDO** el Tratado de Asunción del 26 de marzo de 1991 y el Protocolo de Ouro Preto del 17 de diciembre de 1994; y

**DESEOSOS** de establecer normas que regulen las relaciones de seguridad social entre los países integrantes del MERCOSUR;

Han decidido celebrar el presente Acuerdo Multilateral de Seguridad Social en los siguientes términos:

**TÍTULO I**

**Disposiciones generales**

**ARTÍCULO 1**

1. Los términos y expresiones que se enumeran a continuación tienen, para los efectos de la aplicación del Acuerdo, el siguiente significado:

a) "Estados Partes" designa a la República Argentina, a la República Federativa del Brasil, a la República del Paraguay y a la República Oriental del Uruguay, o cualquier otro Estado que se adhiera de acuerdo con lo previsto en el Artículo 19 del presente Acuerdo;

b) "Legislación", leyes, reglamentos y demás disposiciones sobre seguridad social vigentes en los territorios de los Estados Partes;

c) "Autoridad Competente", los titulares de los organismos gubernamentales que, conforme a la legislación interna de cada Estado Parte, tengan competencia sobre los regímenes de Seguridad Social;

d) "Organismo de Enlace", organismo de coordinación entre las instituciones que intervengan en la aplicación del Acuerdo;

e) "Entidades Gestoras", las instituciones competentes para otorgar las prestaciones amparadas por el Acuerdo;

f) "Trabajador", toda persona que, por realizar o haber realizado una actividad, está o estuvo sujeto a la legislación de uno o más de los Estados Partes;

g) "Período de seguro o cotización", todo período definido como tal por la legislación bajo la cual el trabajador esté acogido, así como cualquier período considerado por dicha legislación como equivalente a un período de seguro o cotización;

h) "Prestaciones pecuniarias", cualquier prestación en efectivo, renta, subsidio o indemnización previstos por las legislaciones y mencionados en el Acuerdo, incluido cualquier complemento, suplemento o revalorización;

i) "Prestaciones de salud", las destinadas a prevenir, conservar, restablecer la salud o rehabilitar profesionalmente al trabajador en los términos previstos por las respectivas legislaciones nacionales;

j) "Familiares y asimilados", personas definidas o admitidas como tales por las legislaciones mencionadas en el Acuerdo.

2. Los demás términos o expresiones utilizados en el Acuerdo tienen el significado que les atribuye la legislación aplicable.

3. Los Estados Partes designarán y comunicarán las Entidades Gestoras y Organismos de Enlace.

## **TÍTULO II**

### **Ámbito de aplicación personal**

#### **ARTÍCULO 2**

1. Los derechos de Seguridad Social se reconocerán a los trabajadores que presten o hayan prestados servicios en cualquiera de los Estados Partes reconociéndoles, así como a sus familiares y asimilados, los mismos derechos y estando sujetos a las mismas obligaciones que los nacionales de dichos Estados Partes con respecto a los específicamente mencionados en el presente Acuerdo.

2. El presente Acuerdo también será aplicado a los trabajadores de cualquier otra nacionalidad residentes en el territorio de uno de los Estados Partes siempre que presten o hayan prestado servicios en dichos Estados Partes.

## **TÍTULO III**

### **Ámbito de aplicación material**

### **ARTÍCULO 3**

1. El presente Acuerdo será aplicado de conformidad con la legislación de seguridad social referente a las prestaciones contributivas pecuniarias y de salud existentes en los Estados Partes, en la forma, condiciones y extensión aquí establecidas.
2. Cada Estado Parte concederá las prestaciones pecuniarias y de salud de acuerdo con su propia legislación.
3. Las normas sobre prescripción y caducidad vigentes en cada Estado Parte serán aplicadas a lo dispuesto en este Artículo.

### **TÍTULO IV**

#### **Determinación de la legislación aplicable**

### **ARTÍCULO 4**

El trabajador estará sometido a la legislación del Estado Parte en cuyo territorio ejerza la actividad laboral.

### **ARTÍCULO 5**

El principio establecido en el Artículo 4 tiene las siguientes excepciones:

- 1.a) el trabajador de una empresa con sede en uno de los Estados Partes que desempeñe tareas profesionales, de investigación, científicas, técnicas o de dirección, o actividades similares, y otras que pudieran ser definidas por la Comisión Multilateral Permanente prevista en el Artículo 16, Apartado 2 y que sea trasladado para prestar servicios en el territorio de otro Estado Parte, por un período limitado, continuará sujeto a la legislación del Estado Parte de origen hasta un plazo de doce meses, susceptible de ser prorrogado, con carácter excepcional, mediante previo y expreso consentimiento de la Autoridad Competente del otro Estado Parte;
- 1.b) el personal de vuelo de las empresas de transporte aéreo y el personal de tránsito de las empresas de transporte terrestre continuarán exclusivamente sujetos a la legislación del Estado Parte en cuyo territorio la respectiva empresa tenga su sede;
- 1.c) los miembros de la tripulación de un buque de bandera de uno de los Estados Partes continuarán sujetos a la legislación del mismo Estado. Cualquier otro trabajador empleado en tareas de carga y descarga, reparación y vigilancia del buque en el puerto, estará sujeto a la legislación del Estado Parte bajo cuya jurisdicción se encuentre el buque.

2. Los miembros de las representaciones diplomáticas y consulares, organismos internacionales y demás funcionarios o empleados de esas representaciones serán regidos por las legislaciones, tratados y convenciones que les sean aplicables.

## TÍTULO V

### **Disposiciones sobre prestaciones de salud**

#### ARTÍCULO 6

1. Las prestaciones de salud serán otorgadas al trabajador trasladado temporalmente al territorio de otro Estado Parte así como a sus familiares y asimilados, siempre que la Entidad Gestora del Estado de origen autorice su otorgamiento.
2. Los costes que se originen de acuerdo con lo previsto en el Apartado anterior, correrán a cargo de la Entidad Gestora que haya autorizado la prestación.

## TÍTULO VI

### **Totalización de períodos de seguro o cotización**

#### ARTÍCULO 7

1. Los períodos de seguro o cotización cumplidos en los territorios de los Estados Partes serán considerados, para la concesión de las prestaciones por vejez, edad avanzada, invalidez o muerte, en la forma y en las condiciones establecidas en el Reglamento Administrativo. Dicho Reglamento Administrativo establecerá también los mecanismos de pago a prorrata de las prestaciones.
2. El Estado Parte en donde el trabajador haya cotizado durante un periodo inferior a doce meses podrá no reconocer prestación alguna, con independencia de que dicho período sea computado por los demás Estados Partes.
3. En el supuesto que el trabajador o sus familiares y asimilados no tuvieran reunido el derecho a las prestaciones de acuerdo a las disposiciones del Apartado 1, serán también computables los servicios prestados en otro Estado que hubiera celebrado convenios bilaterales o multilaterales de seguridad social con cualquiera de los Estados Partes.
4. Si solo uno de los Estados Partes hubiera concluido un convenio de seguridad social con otro país, a los fines de la aplicación del Apartado 3, será necesario que dicho Estado Parte asuma como propio el período de seguro o cotización cumplido en este tercer país.

#### ARTÍCULO 8

Los períodos de seguro o cotización cumplidos antes de la vigencia del presente Acuerdo serán considerados en el caso de que el trabajador tenga

periodos de seguro o cotización posteriores a esa fecha, siempre que aquéllos no hubieran sido utilizados anteriormente en la concesión de prestaciones pecuniarias en otro país.

## TÍTULO VII

### **Disposiciones aplicables a regímenes de jubilaciones y pensiones de capitalización individual**

#### ARTÍCULO 9

1. El presente Acuerdo será aplicable, también, a los trabajadores afiliados a un régimen de jubilaciones y pensiones de capitalización individual, establecido o a establecerse por alguno de los Estados Partes para la obtención de las prestaciones por vejez, edad avanzada, invalidez o muerte.
2. Los Estados Partes y los que se adhieran en el futuro al presente Acuerdo que posean regímenes de jubilaciones y pensiones de capitalización individual, podrán establecer mecanismos de transferencia de fondos a los fines de la obtención de las prestaciones por vejez, edad avanzada, invalidez o muerte. Dichas transferencias se efectuarán en oportunidad en que el interesado acredite derecho a la obtención de las prestaciones respectivas. La información a los afiliados deberá proporcionarse de acuerdo con la legislación de cada uno de los Estados Partes.
3. Las administradoras de fondos o las empresas aseguradoras deberán dar cumplimiento a los mecanismos previstos en este Acuerdo.

## TÍTULO VIII

### **Cooperación administrativa**

#### ARTÍCULO 10

Los exámenes médico-periciales solicitados por la Entidad Gestora de un Estado Parte, para fines de evaluación de la incapacidad temporal o permanente de los trabajadores o de sus familiares o asimilados que se encuentren en el territorio de otro Estado Parte, serán realizados por la Entidad Gestora de éste último y correrán por cuenta de la Entidad Gestora que lo solicite.

## **TÍTULO IX**

### **Disposiciones finales**

#### **ARTÍCULO 11**

1. Las Entidades Gestoras de los Estados Partes pagarán las prestaciones pecuniarias en moneda de su propio país.
2. Las Entidades Gestoras de los Estados Partes establecerán mecanismos de transferencia de fondos para el pago de las prestaciones pecuniarias del trabajador o de sus familiares o asimilados que residan en el territorio de otro Estado Parte.

#### **ARTÍCULO 12**

Las prestaciones pecuniarias concedidas de acuerdo con el régimen de uno o de otro Estado Parte no serán objeto de reducción, suspensión o extinción, exclusivamente por el hecho de que el trabajador o sus familiares o asimilados residan en otro Estado Parte.

#### **ARTÍCULO 13**

1. Los documentos que se requieran para los fines del presente Acuerdo no necesitarán traducción oficial, visado o legalización de autoridades diplomáticas, consulares y de registro público, siempre que se hayan tramitado con la intervención de una Entidad Gestora u Organismo de Enlace.
2. La correspondencia entre las Autoridades Competentes, Organismos de Enlace y Entidades Gestoras de los Estados Partes será redactada en el respectivo idioma oficial del Estado emisor.

#### **ARTÍCULO 14**

Las solicitudes y documentos presentados ante las Autoridades Competentes o las Entidades Gestoras de cualquier Estado Parte donde el interesado acredite períodos de seguro o cotización o tenga su residencia, surtirán efecto como si se hubieran presentado ante las Autoridades o Entidades Gestoras correspondientes del otro Estado Parte.

#### **ARTÍCULO 15**

Los recursos que corresponda interponer ante una Autoridad Competente o Entidad Gestora de cualquier Estado Parte donde el interesado acredite períodos de seguro o cotización o tenga su residencia, se tendrán por interpuestos en tiempo hábil, aún cuando se presenten ante la correspondiente institución del otro Estado Parte, siempre que su presentación se efectúe

dentro del plazo establecido por la legislación del Estado Parte ante el cual deban sustanciarse los recursos.

#### ARTÍCULO 16

1. El presente Acuerdo será aplicado de conformidad con las disposiciones del Reglamento Administrativo.

2. Las Autoridades Competentes instituirán una Comisión Multilateral Permanente, que resolverá por consenso. Cada Representación estará integrada por hasta tres miembros de cada Estado Parte. La Comisión tendrá las siguientes funciones:

a) verificar la aplicación del Acuerdo, del Reglamento Administrativo y demás instrumentos complementarios;

b) asesorar a las Autoridades Competentes;

c) proyectar las eventuales modificaciones, ampliaciones y normas complementarias;

d) mantener negociaciones directas, por un plazo de seis meses, a fin de resolver las eventuales divergencias sobre la interpretación o aplicación del Acuerdo. Vencido el término anterior sin que se hayan resuelto las diferencias, cualquiera de los Estados Partes podrá recurrir al sistema de solución de controversias vigente entre los Estados Partes del Tratado de Asunción.

3. La Comisión Multilateral Permanente se reunirá una vez por año, alternadamente en cada uno de los Estados Partes, o cuando lo solicite uno de ellos.

4. Las Autoridades Competentes podrán delegar la elaboración del Reglamento Administrativo y demás instrumentos complementarios a la Comisión Multilateral Permanente.

#### ARTÍCULO 17

1. El presente Acuerdo está sujeto a ratificación y entrará en vigor a partir del primer día del mes siguiente a la fecha del depósito del último instrumento de ratificación.

2. El presente Acuerdo y sus instrumentos de ratificación serán depositados ante el Gobierno de la República del Paraguay, el cual notificará a los Gobiernos de los demás Estados Partes la fecha del depósito de los instrumentos de ratificación y de la entrada en vigor del presente Acuerdo.

3. El Gobierno de la República del Paraguay enviará copia autenticada del presente Acuerdo a los Gobiernos de los demás Estados Partes.

4. A partir de la entrada en vigor de este Acuerdo quedarán derogados los Convenios Bilaterales de Seguridad Social o de Previsión Social celebrados entre los Estados Partes. La entrada en vigor del presente Acuerdo no significará, en ningún caso, la pérdida de derechos adquiridos al amparo de los Convenios Bilaterales mencionados.

#### ARTÍCULO 18

1. El presente Acuerdo tendrá duración indefinida.
2. El Estado Parte que desee desvincularse del presente Acuerdo podrá denunciarlo en cualquier momento por la vía diplomática, notificando tal circunstancia al depositario, quién lo comunicará a los demás Estados Partes. En este caso no quedarán afectados los derechos adquiridos en virtud de este Acuerdo.
3. Los Estados Partes reglamentarán, de común acuerdo, las situaciones consecuentes de la denuncia al presente Acuerdo.
4. Dicha denuncia tendrá efecto seis meses después de la fecha de su notificación.

#### ARTÍCULO 19

El presente Acuerdo estará abierto a la adhesión, mediante negociación, de aquellos Estados que en el futuro adhieran al Tratado de Asunción.

1/

Hecho en Montevideo, a los catorce días del mes de diciembre de 1997, en un original, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Guido di Tella  
Ministro de Relaciones  
Exteriores y Culto  
República Argentina

Luis Felipe Lampreia  
Ministro de Relaciones Exteriores  
República Federativa del Brasil

Ruben Melgarejo Lanzoni  
Ministro de Relaciones Exteriores  
República del Paraguay

Carlos Pérez del Castillo  
Ministro (i) de Relaciones Exteriores  
Uruguay

1/ Should read "quince"-- Devrait se lire "quince".

**REGLAMENTO ADMINISTRATIVO PARA LA APLICACIÓN DEL ACUERDO  
MULTILATERAL DE SEGURIDAD SOCIAL DEL MERCADO COMÚN DEL SUR**

Los Gobiernos de la República Argentina, de la República Federativa del Brasil, de la República del Paraguay y de la República Oriental del Uruguay,

En cumplimiento a lo dispuesto en el Artículo 16 del Acuerdo Multilateral de Seguridad Social, establecen el siguiente Reglamento Administrativo:

**TÍTULO I**

**Disposiciones Generales**

**ARTÍCULO 1**

Para la aplicación del presente Reglamento Administrativo:

1. El término "Acuerdo" designa el Acuerdo Multilateral de Seguridad Social entre la República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay o cualquier otro Estado que se adhiera.
2. El término "Reglamento Administrativo" designa el presente Reglamento Administrativo.
3. Los términos y expresiones definidos en el Artículo 1 del Acuerdo tienen el mismo significado en el presente Reglamento Administrativo.
4. Los plazos mencionados en el presente Reglamento Administrativo se contarán, salvo expresa mención en contrario en días corridos. En caso de vencer en día inhábil se prorrogarán hasta el día hábil siguiente.

**ARTÍCULO 2**

1. Son Autoridades Competentes los titulares: en Argentina, del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social y del Ministerio de Salud y Acción Social; en Brasil, del Ministerio de la Previsión y Asistencia Social y del Ministerio de la Salud; en Paraguay, del Ministerio de Justicia y Trabajo y del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social; y en Uruguay, del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.

2. Son Entidades Gestoras: en Argentina: la Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES), las Cajas o Institutos Municipales o Provinciales de Previsión, la Superintendencia de Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones y las Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones, en lo que respecta a los regímenes que amparan las contingencias de vejez, invalidez y muerte, basados en el sistema de reparto o en el sistema de capitalización individual, y la Administración Nacional de Seguros de Salud (ANSSAL), en lo que respecta a las prestaciones de salud; y la Administración Nacional del Seguro de Salud (ANSSAL); en Brasil, el Instituto Nacional del Seguro Social (INSS) y el Ministerio de la Salud; en Paraguay, el Instituto de Previsión Social (IPS); y en Uruguay, el Banco de Previsión Social (BPS).

3. Son Organismos de Enlace: en Argentina, la Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES) y la Administración Nacional del Seguro de Salud (ANSSAL); en Brasil, el Instituto Nacional del Seguro Social (INSS) y el Ministerio de la Salud; en Paraguay, el Instituto de Previsión Social (IPS); y en Uruguay, el Banco de Previsión Social (BPS).

4. Los Organismos de Enlace establecidos en el Apartado 3 de este Artículo tendrán por objetivo facilitar la aplicación del Acuerdo y adoptar las medidas necesarias para lograr su máxima agilización y simplificación administrativas.

## TÍTULO II

### **Disposiciones sobre el desplazamiento temporal de trabajadores**

#### ARTÍCULO 3

1. En los casos previstos en el numeral "1.a)" del Artículo 5 del Acuerdo, el Organismo de Enlace expedirá, a solicitud de la empresa del Estado de origen del trabajador que sea trasladado temporalmente para prestar servicios en el territorio de otro Estado, un certificado en el cual conste que el trabajador permanece sujeto a la legislación del Estado de origen, indicando los familiares y asimilados que los acompañen en este traslado. Copia de dicho certificado deberá ser entregada al trabajador.

2. La empresa que trasladó temporalmente al trabajador comunicará, en su caso, al Organismo de Enlace del Estado que expidió el certificado el cese en la actividad prevista en la situación anterior.

3. A los efectos establecidos en el numeral "1.a)" del Artículo 5 del Acuerdo, la empresa deberá presentar la solicitud de prórroga ante la Entidad Gestora del Estado de origen. La Entidad Gestora del Estado de origen expedirá el certificado de prórroga correspondiente, mediante consulta previa y expreso consentimiento de la Entidad Gestora del otro Estado.

4. La empresa presentará las solicitudes a que se refieren los Apartados 1 y 3 con treinta días de antelación mínima de la ocurrencia del hecho generador. En caso contrario, el trabajador quedará automáticamente sujeto, a partir del inicio de la actividad o de la fecha de expiración del plazo autorizado, a la legislación del Estado en cuyo territorio continúe desarrollando sus actividades.

### **TÍTULO III**

#### **Disposiciones sobre las prestaciones de salud**

##### **ARTÍCULO 4**

1. El trabajador trasladado temporalmente en los términos del numeral "1.a)" del Artículo 5 del Acuerdo, o sus familiares y asimilados, para que puedan obtener las prestaciones de salud durante el período de permanencia en el Estado Parte en que se encuentren, deberán presentar al Organismo de Enlace el certificado aludido en Apartado I o 3 del Artículo anterior.

##### **ARTÍCULO 5**

El trabajador o sus familiares y asimilados que necesiten asistencia médica de urgencia deberán presentar a la Entidad Gestora del Estado en que se encuentren el certificado expedido por el Estado de origen.

### **TÍTULO IV**

#### **Totalización de períodos de seguro o cotización**

##### **ARTÍCULO 6**

1. De acuerdo con lo previsto en el Artículo 7 del Acuerdo, los períodos de seguro o cotización cumplidos en el territorio de los Estados Partes serán considerados para la concesión de las prestaciones contributivas por vejez, edad avanzada, invalidez o muerte, observadas las siguientes reglas:

- a) Cada Estado Parte considerará los períodos cumplidos y certificados por el otro Estado, siempre que no se superpongan, como períodos de seguro o cotización, conforme su propia legislación;
- b) Los períodos de seguro o cotización cumplidos antes del inicio de la vigencia del Acuerdo serán considerados sólo cuando el trabajador tenga períodos de trabajo a cumplir a partir de esa fecha;
- c) El periodo cumplido en un Estado Parte, bajo un régimen de seguro voluntario, solamente será considerado cuando no sea simultáneo con un periodo de seguro o cotización obligatorio cumplido en otro Estado.

2. En el supuesto de que la aplicación del Apartado 2 del Artículo 7 del Acuerdo viniera a exonerar de sus obligaciones a todas las Entidades Gestoras Competentes de los Estados Partes afectados, las prestaciones serán concedidas al amparo, exclusivamente, del último de los Estados Partes en donde el trabajador reúna las condiciones exigidas por su legislación, previa totalización de todos los

periodos de seguro o cotización cumplidos por el trabajador en todos los Estados Partes.

#### **ARTÍCULO 7**

Las prestaciones a las que los trabajadores, sus familiares y asimilados tengan derecho, al amparo de la legislación de cada uno de los Estados Partes, se ajustarán a las siguientes normas:

1. Cuando se reúnan las condiciones requeridas por la legislación de un Estado Parte para tener derecho a las prestaciones sin que sea necesario recurrir a la totalización de períodos prevista en el Título VI del Acuerdo, la Entidad Gestora concederá la prestación en virtud únicamente a lo previsto en la legislación nacional que aplique, sin perjuicio de la totalización que puede solicitar el beneficiario.
2. Cuando el derecho a las prestaciones no nazca únicamente en base a los períodos de seguro o cotización cumplidos en el Estado Parte de que se trate, la concesión de la prestación deberá hacerse teniendo en cuenta la totalización de los períodos de seguro o cotización cumplidos en los otros Estados Partes.
3. En caso de aplicación del Apartado precedente, la Entidad Gestora determinará, en primer lugar, el importe de la prestación a que el interesado o sus familiares y asimilados tendrían derecho como si los períodos totalizados se hubieran cumplido bajo su propia legislación, y a continuación fijará el importe de la prestación en proporción a los períodos cumplidos exclusivamente bajo dicha legislación.

#### **TÍTULO V**

##### **Presentación de solicitudes**

#### **ARTÍCULO 8**

1. Para obtener la concesión de las prestaciones de acuerdo con lo establecido en el Artículo 7 precedente, los trabajadores o sus familiares y asimilados deberán presentar una solicitud, en formulario especial, en el Organismo de Enlace del Estado en que residan.
2. Los trabajadores o sus familiares y asimilados, residentes en el territorio de otro Estado, deberán dirigirse al Organismo de Enlace del Estado Parte bajo cuya legislación el trabajador se encontraba asegurado en el último periodo de seguro o cotización.
3. Sin perjuicio de lo establecido en el Apartado 1, las solicitudes dirigidas a las Autoridades Competentes o Entidades Gestoras de cualquier Estado Parte donde el interesado acredite períodos de seguro o cotización o tenga su residencia producirán los mismos efectos como si hubieran sido entregados al Organismo de Enlace previsto en los Apartados precedentes. Las Autoridades Competentes o

Entidades Gestoras receptoras serán obligadas a enviarlas, sin demora, al Organismo de Enlace competente, informando las fechas en que las solicitudes fueron presentadas.

#### **ARTÍCULO 9**

1. Para el trámite de las solicitudes de las prestaciones pecuniarias, los Organismos de Enlace utilizarán un formulario especial en el cual serán consignados, entre otros, los datos de afiliación del trabajador, o en su caso, de sus familiares y asimilados conjuntamente con la relación y el resumen de los períodos de seguro o cotización cumplidos por el trabajador en los Estados Partes.
2. El Organismo de Enlace del Estado donde se solicita la prestación evaluará, si fuera el caso, la incapacidad temporal o permanente, emitiendo el certificado correspondiente, que acompañará los exámenes médico-periciales del trabajador, o en su caso, de sus familiares y asimilados.
3. Los dictámenes médico-periciales del trabajador consignarán, entre otros datos, si la incapacidad temporal o invalidez son consecuencia de accidente del trabajo o enfermedad profesional e indicarán la necesidad de rehabilitación profesional.
4. El Organismo de Enlace del otro Estado se pronunciará sobre la solicitud, de conformidad con su respectiva legislación, considerando los antecedentes médico-periciales practicados.
5. El Organismo de Enlace del Estado donde se solicita la prestación remitirá los formularios establecidos al Organismo de Enlace del otro Estado.

#### **ARTÍCULO 10**

1. El Organismo de Enlace del otro Estado completará los formularios recibidos con las siguientes indicaciones:
  - a) períodos de seguro o cotización acreditados al trabajador bajo su propia legislación;
  - b) el importe de la prestación otorgada de acuerdo con lo previsto en el Apartado 3 del Artículo 7 del presente Reglamento Administrativo.
2. El Organismo de Enlace señalado en el Apartado anterior remitirá los formularios debidamente completados al Organismo de Enlace del Estado donde el trabajador solicitó la prestación.

#### **ARTÍCULO 11**

1. La resolución sobre la prestación solicitada por el trabajador o sus familiares y asimilados será notificada por la Entidad Gestora de cada Estado Parte al domicilio de aquéllos, por medio del respectivo Organismo de Enlace.

2. Una copia de la resolución será notificada al Organismo de Enlace del otro Estado.

## **TÍTULO VI**

### **Disposiciones finales**

#### **ARTÍCULO 12**

Las Entidades Gestoras y los Organismos de Enlace de los Estados Partes deberán controlar la autenticidad de los documentos presentados por el trabajador o sus familiares y asimilados.

#### **ARTÍCULO 13**

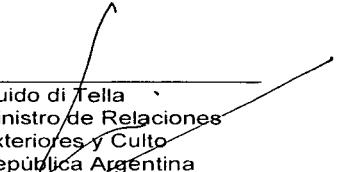
La Comisión Multilateral Permanente establecerá y aprobará los formularios de enlace necesarios para la aplicación del Acuerdo y del Reglamento Administrativo. Dichos formularios de enlace deberán ser utilizados por las Entidades Gestoras y Organismos de Enlace para comunicarse entre sí.

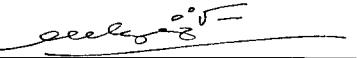
#### **ARTÍCULO 14**

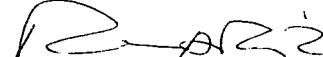
El presente Reglamento Administrativo tendrá la misma duración del Acuerdo.

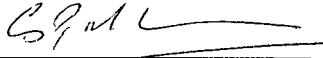
El presente Acuerdo será depositado ante el Gobierno de la República del Paraguay, el cual enviará copia autenticada del mismo a los Gobiernos de los demás Estados Partes.

Hecho en Montevideo, a los catorce días del mes de diciembre de 1997, en un original, en los idiomas portugués y español, siendo ambos igualmente auténticos.

  
Guido di Tella  
Ministro de Relaciones  
Exteriores y Culto  
República Argentina

  
Ruben Melgarejo Lanzoni  
Ministro de Relaciones Exteriores  
República del Paraguay

  
Luis Felipe Lampreia  
Ministro de Relaciones Exteriores  
República Federativa del Brasil

  
Carlos Pérez del Castillo  
Ministro (i) de Relaciones Exteriores  
Uruguay

[TRANSLATION - TRADUCTION]

## MULTILATERAL AGREEMENT ON SOCIAL SECURITY OF THE SOUTHERN COMMON MARKET

The Governments of the Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay,

Considering the Treaty of Asunción of 26 March 1991 and the Protocol of Ouro Preto of 17 December 1994, and

Desiring to establish rules to regulate social security relations between the countries of the Southern Common Market (MERCOSUR),

Have decided to conclude this Multilateral Agreement on Social Security, as follows:

### TITLE 1. GENERAL PROVISIONS

#### *Article 1*

1. For the purposes of this Agreement, the expressions and terms given below shall have the following meanings:

- (a) "States Parties" means the Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay, and any other State which accedes to this Agreement in accordance with article 19 below;
- (b) "Legislation" means the laws, regulations and other social security provisions which are in force in the territories of the States Parties;
- (c) "Competent authority" means the heads of the governmental bodies responsible for social security, in accordance with the national legislation of each State Party;
- (d) "Liaison body" means the body responsible for coordination between the institutions involved in applying the Agreement;
- (e) "Administrative agencies" means the institutions responsible for granting the benefits covered by the Agreement;
- (f) "Worker" means any person who, as a result of being or having been employed, is or has been subject to the legislation of one or more of the States Parties;
- (g) "Insurance or contribution period" means any period defined as such by the legislation under which the worker is protected, as well as any period regarded by such legislation as equivalent to an insurance or contribution period;
- (h) "Financial benefits" means any cash benefit, annuity, allowance or compensation provided by law and referred to in the Agreement, including any complement, supplement or revaluation;
- (i) "Health benefits" means benefits to provide preventive health care, to conserve or restore health or to provide occupational rehabilitation services to workers in accordance with the provisions of the respective national laws;

(j) "Family members and other dependants" means persons defined or recognized as such by the legislation referred to in the Agreement.

2. The other terms or expressions used in the Agreement have the meaning assigned to them by the applicable legislation.

3. The States Parties shall designate the administrative agencies and liaison bodies and shall communicate this information to each other.

## TITLE II. PERSONAL SCOPE OF APPLICATION

### *Article 2*

1. Social security rights shall be extended to workers who are or have been employed in any of the States Parties and to their family members and other dependants. Such persons shall have the same rights and the same obligations as nationals of the States Parties with respect to those specifically referred to in this Agreement.

2. This Agreement shall also apply to workers of any other nationality who are resident in the territory of one of the States Parties, provided that they work or have worked in any of those States Parties.

### *Title III. Material scope of application*

### *Article 3*

1. This Agreement shall be applied in accordance with the social security legislation regarding contributory financial and health benefits in the States Parties, in the form, on the conditions and to the extent provided herein.

2. Each State Party shall grant financial and health benefits in accordance with its national legislation.

3. The provisions of this article shall be subject to the regulations in force in each State Party on the limitation and expiration of benefits.

## TITLE IV. DETERMINATION OF APPLICABLE LEGISLATION

### *Article 4*

Workers shall be subject to the legislation of the State Party in whose territory they carry out their work.

### *Article 5*

The following exceptions apply to the principle established in article 4:

1. (a) Workers employed by companies with headquarters in one of the States Parties who carry out professional, research, scientific, technical, managerial or similar activities or such other activities as may be defined by the Multilateral Standing Committee

envisaged in article 16, paragraph 2, who are sent to work in the territory of another State Party for a limited period shall continue to be subject to the legislation of the State Party of origin for periods of up to 12 months. This period may, in exceptional cases, be extended with the prior express consent of the competent authority of the other State Party.

1. (b) Flight crews employed by airline companies and itinerant personnel employed by ground transportation companies shall continue to be subject exclusively to the legislation of the State Party in whose territory the respective company has its headquarters;

1. (c) Members of the crew of a ship under the flag of one of the State Parties shall continue to be subject to the legislation of that State. Any other worker employed in loading and unloading, repair work or guard duties at port shall be subject to the legislation of the State Party having jurisdiction over the port where the ship is docked.

2. Members of diplomatic and consular missions, international organizations and other civil servants and employees of these missions shall be governed by the laws, treaties and conventions applicable to them.

## TITLE V. PROVISIONS RELATING TO HEALTH BENEFITS

### *Article 6*

1. Health benefits shall be granted to workers who have been transferred temporarily to the territory of another State Party, as well as to their family members and other dependants, provided that the administrative agency of the country of origin gives its authorization.

2. The costs incurred in applying the provisions of the preceding paragraph shall be borne by the administrative agency which has authorized the benefits.

## TITLE VI. AGGREGATION OF INSURANCE OR CONTRIBUTION PERIODS

### *Article 7*

1. Insurance or contribution periods completed in the territory of any of the States Parties shall be considered, for the purpose of granting old-age, retirement, disability or death benefits, in the manner and under the conditions established in the Administrative Arrangement, which shall also establish mechanisms for the payment of prorated benefits.

2. A State Party in which a worker has paid contributions for a period of less than 12 months may decline to recognize entitlement to benefits of any kind, regardless of whether or not that period has been taken into account by another State Party.

3. In cases where workers or their family members and other dependants have not met the criteria for entitlement to benefits under the provisions of paragraph 1 above, work carried out in another State that has concluded a bilateral or multilateral social security agreement with any of the States Parties shall also be taken into account.

4. In cases where only one State Party has concluded a social security agreement with another country, that State Party shall be required, for the purpose of implementing para-

graph 3 above, to assume as its own the insurance or contribution period completed in that third country.

*Article 8*

Insurance or contribution periods completed prior to the entry into force of this Agreement shall be considered if the worker has accrued insurance or contribution periods subsequent to that date, provided that they have not previously been used for the acquisition of financial benefits in another country.

**TITLE VII. PROVISIONS APPLICABLE TO INDIVIDUALLY FUNDED RETIREMENT AND PENSION SCHEMES**

*Article 9*

I. This Agreement shall also apply to workers who participate in individually funded retirement and pensions schemes that have been or may be established by one of the States Parties for the acquisition of old-age, retirement, disability or death benefits.

2. States Parties and States that accede to this Agreement in the future which have individually funded retirement and pension schemes may establish fund transfer mechanisms for the purposes of acquiring old-age, retirement, disability or death benefits. Such transfers shall be carried out when a claimant's right to receive the respective benefits is substantiated. Information shall be provided to participants in accordance with the legislation of each of the States Parties.

3. Fund administrators or insurance companies shall be required to comply with the mechanisms provided for in this Agreement.

**TITLE VIII. ADMINISTRATIVE COOPERATION**

*Article 10*

Medical examinations requested by the administrative agency of a State Party for the purpose of evaluating the temporary or permanent disability of workers or their family members or other dependants resident in the territory of another State Party shall be carried out by the administrative agency of the latter Party. The costs thereof shall be borne by the administrative agency that makes the request.

**TITLE IX. FINAL PROVISIONS**

*Article 11*

I. The administrative agencies of the States Parties shall pay financial benefits in their national currency.

2. The administrative agencies of the States Parties shall establish fund transfer mechanisms for the payment of financial benefits to workers or their family members or other dependants resident in the territory of another State Party.

*Article 12*

The financial benefits granted in accordance with the system of any State Party shall not be subject to any reduction, suspension or termination on the sole ground that the worker or his or her family members or other dependants reside in another State Party.

*Article 13*

1. Provided that they have been processed by an administrative agency or liaison body, the documents required for the purposes of this Agreement shall not require official translation, endorsement or authentication by diplomatic or consular authorities or registry officials.

2. Correspondence between the competent authorities, liaison bodies and administrative agencies of the States Parties shall be drafted in the respective official language of the issuing State.

*Article 14*

Applications or documents submitted to the competent authorities or administrative agencies of any State Party in which the claimant is resident or can provide proof of completed insurance or contribution periods shall have the same effect as if they had been submitted to the corresponding authorities or administrative agencies of the other State Party.

*Article 15*

Appeals to be lodged before a competent authority or administrative agency of any State Party in which the claimant resides or can provide proof of completed insurance or contribution periods shall be considered to have been submitted on time event if they are submitted to the corresponding institution of the other State Party, provided that they are submitted within the period prescribed by the legislation of the State Party before which the appeals must be substantiated.

*Article 16*

1. This Agreement shall be applied in accordance with the provisions of the Administrative Arrangement.

2. The competent authorities shall establish a Multilateral Standing Committee, which shall take decisions by consensus. Each delegation shall be composed of up to three members from each State Party. The Committee shall have the following functions:

(a) To monitor the application of the Agreement, the Administrative Arrangement and other complementary instruments;

- (b) To advise the competent authorities;
- (c) To plan any future amendments, additions or complementary provisions;
- (d) To hold direct negotiations for a period of six months in order to resolve any disagreements on the interpretation or implementation of the Agreement. If such disagreements have not been resolved by the end of that period, any of the States Parties may avail itself of the dispute settlement system in force between the States Parties to the Treaty of Asunción.

3. The Multilateral Standing Committee shall meet once a year, alternately in each of the States Parties, or when one of them so requests.

4. The competent authorities may delegate the drafting of the Administrative Arrangement and other complementary instruments to the Multilateral Standing Committee.

#### *Article 17*

1. This Agreement is subject to ratification and shall enter into force on the first day of the month following the date of deposit of the last instrument of ratification.

2. This Agreement and its instruments of ratification shall be deposited with the Government of the Republic of Paraguay, which shall notify the Governments of the other States Parties of the date of deposit of the instruments of ratification and the entry into force of this Agreement.

3. The Government of the Republic of Paraguay shall send certified copies of this Agreement to the Governments of the other States Parties.

4. Upon the entry into force of this Agreement, the bilateral agreements on social security concluded between the States Parties shall terminate. The entry into force of this Agreement shall not, in any case, result in the loss of any rights acquired under the aforementioned bilateral agreements.

#### *Article 18*

1. This Agreement shall remain in force indefinitely.

2. A State Party wishing to be released from this Agreement may denounce it at any time through the diplomatic channel, by so informing the depositary, which shall inform the other States Parties. In this event, the rights acquired by virtue of this Agreement shall not be affected.

3. The States Parties shall regulate, by mutual agreement, situations arising from the denunciation of this Agreement.

4. Such denunciation shall take effect six months after the date of its notification.

#### *Article 19*

This Agreement shall be open to accession, through negotiation, by any States which accede to the Treaty of Asunción in the future.

Done at Montevideo on 15 December 1997, in one original in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Argentine Republic:

GUIDO DI TELLA  
Minister for Foreign Affairs and Worship

For the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Minister for Foreign Affairs

For the Republic of Paraguay:

RUBEN MELGAREJO LANZONI  
Minister for Foreign Affairs

For the Eastern Republic of Uruguay:

CARLOS PÉREZ DEL CASTILLO  
Minister for Foreign Affairs

ADMINISTRATIVE ARRANGEMENT FOR THE APPLICATION OF THE MULTILATERAL AGREEMENT ON SOCIAL SECURITY OF THE SOUTHERN COMMON MARKET

The Governments of the Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay,

Establish the following Administrative Arrangement pursuant to the provisions of article 16 of the Multilateral Agreement on Social Security:

TITLE I. GENERAL PROVISIONS

*Article 1*

For the purposes of this Administrative Arrangement:

- I. The term "Agreement" refers to the Multilateral Agreement on Social Security between the Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay, and any other State which accedes to it.
2. The term "Administrative Arrangement" refers to the present Administrative Arrangement.
3. The terms and expressions defined in article I of the Agreement have the same meaning in this Administrative Arrangement.
4. Unless otherwise stated, the time periods mentioned in this Administrative Arrangement shall be counted in calendar days. Should such a period end on a non-working day, it shall be extended until the next working day.

*Article 2*

1. The competent authorities shall be the heads of the following bodies: in Argentina, the Ministry of Labour and Social Security and the Ministry of Health and Social Welfare; in Brazil, the Ministry of Social Security and Assistance and the Ministry of Health; in Paraguay, the Ministry of Justice and Labour and the Ministry of Public Health and Social Welfare; and in Uruguay, the Ministry of Labour and Social Security.

2. The administrative agencies shall be: in Argentina, the National Social Security Administration, the municipal or provincial provident funds or institutes, the Office of the Superintendent of Retirement and Pension Fund Administrators and the retirement and pension fund administrators themselves, with respect to systems which provide old-age, disability and death benefits based on the pay-as-you-go or individually funded system, and the National Health Insurance Administration with respect to health benefits; in Brazil, the National Social Insurance Institute and the Ministry of Health; in Paraguay, the Social Security Institute; and in Uruguay, the Social Security Bank.

3. The liaison bodies shall be: in Argentina, the National Social Security Administration and the National Health Insurance Administration; in Brazil, the National Social In-

surance Institute and the Ministry of Health; in Paraguay, the Social Security Institute; and in Uruguay, the Social Security Bank.

4. The purpose of the liaison bodies listed in paragraph 3 of this article shall be to facilitate the application of the Agreement and to adopt the necessary measures to ensure maximum administrative streamlining and simplification.

## **TITLE II. PROVISIONS ON THE TEMPORARY MOVEMENT OF WORKERS**

### *Article 3*

I. In the cases envisaged in article 5, paragraph I (a), of the Agreement, the liaison body shall, at the request of the company in the State of origin of the worker who has been temporarily sent to work in the territory of another State, issue a certificate stating that the worker remains subject to the legislation of the State of origin and listing the accompanying family members and other dependants. The worker shall be provided with a copy of this certificate.

2. The company which temporarily transferred the worker shall, as appropriate, inform the liaison body of the State which issued the certificate of the cessation of the activity envisaged in the above-mentioned situation.

3. For the purposes of article 5, paragraph I (a), of the Agreement, the company shall submit any requests for extension to the administrative agency of the State of origin. The administrative agency of the State of origin shall issue the corresponding extension certificate after prior consultation and with the express consent of the administrative agency of the other State.

4. The company shall submit the requests referred to in paragraphs I and 3 above at least 30 days prior to the occurrence of the event to which they refer. Otherwise, the worker shall automatically become subject to the legislation of the State in whose territory he or she continue to work as from the commencement of the activity or the date of expiry of the authorized period.

## **TITLE III. PROVISIONS ON HEALTH BENEFITS**

### *Article 4*

In order to obtain health benefits during their stay in the State Party in which they are working, workers transferred temporarily as described in article 5, paragraph I (a), of the Agreement, or their family members or other dependants, must submit to the liaison body the certificate referred to in paragraph 1 or 3 of the preceding article.

### *Article 5*

Workers or their family members and other dependants who require urgent medical assistance must submit the certificate issued by the State of origin to the administrative agency of the State in which they are present.

**TITLE IV. AGGREGATION OF INSURANCE OR CONTRIBUTION PERIODS**

*Article 6*

1. In accordance with the provisions of article 7 of the Agreement, insurance or contribution periods completed in the territory of the States Parties shall be considered for the award of contributory old-age, retirement, disability and death benefits, subject to the following rules:

(a) Each State Party shall consider periods completed and certified by the other State, provided that they do not overlap, as insurance or contribution periods in accordance with its national legislation;

(b) Insurance or contribution periods completed prior to the entry into force of the Agreement shall be considered only if the worker has accrued working periods subsequent to that date;

(c) A period completed in a State Party under a voluntary insurance system shall be considered only if it does not coincide with a compulsory insurance or contribution period completed in another State.

2. In the event that the application of article 7, paragraph 2, of the Agreement should release all the competent administrative agencies of the States Parties concerned from their obligations, the benefits shall be awarded exclusively under the aegis of the last of the States Parties in which the worker satisfies the conditions required by its legislation, after aggregation of all the insurance or contribution periods completed by the worker in all the States Parties.

*Article 7*

The benefits to which workers and their family members and other dependants are entitled, under the legislation of each of the States Parties, shall be subject to the following rules:

1. If all the prerequisites for entitlement to benefits under the legislation of a State Party have been satisfied without recourse to the aggregation of periods provided for in title VI of the Agreement, the administrative agency shall grant the benefits solely by virtue of the provisions of the applicable national legislation, without prejudice to the beneficiary's right to request such aggregation.

2. If entitlement to benefits is not based solely on the insurance or contribution periods completed in the State Party concerned, the benefits shall be awarded taking into consideration the aggregation of the insurance or contribution periods completed in the other States Parties.

3. In cases where the preceding paragraph applies, the administrative agency shall first determine the amount of benefits to which the worker or family members or other dependants would have been entitled if the aggregated periods had been completed under its national legislation, and shall then establish the amount of the benefit in proportion to the periods completed exclusively under that legislation.

## TITLE V. SUBMISSION OF APPLICATIONS

### *Article 8*

1. To acquire benefits in accordance with the provisions of article 7 above, workers or their family members and other dependants must submit an application on a special form, to the liaison body of the State in which they reside.
2. Workers or their family members and other dependants who are resident in the territory of another State must apply to the liaison body of the State Party under whose legislation the worker was insured during the last insurance or contribution period.
3. Without prejudice to the provisions of paragraph 1 above, applications submitted to the competent authorities or administrative agencies of any State Party in which the worker is resident or can provide proof of completed insurance or contribution periods shall have the same effect as if they had been submitted to the liaison body as provided for in the preceding paragraphs. The receiving competent authorities or administrative agencies shall be obliged to send them, without delay, to the competent liaison body, stating the dates on which the applications were submitted.

### *Article 9*

1. To process applications for financial benefits, the liaison bodies shall use a special form which shall indicate, inter alia, the worker's participation details or, where appropriate, those of his or her family members and other dependants, together with the relationship and a summary of the insuree or contribution periods completed by the worker in the States Parties.
2. The liaison body of the State in which the benefits are applied for shall evaluate, where necessary, the worker's temporary or permanent disability, issuing the corresponding certificate, which shall accompany the worker's medical reports or, where appropriate, those of his or her family members and other dependants.
3. The worker's medical reports shall indicate, inter alia, whether or not the temporary or permanent disability is the result of a work-related injury or illness and shall indicate the need for occupational rehabilitation.
4. The liaison body of the other State shall take a decision on the application, in accordance with its respective legislation, taking into account the medical information provided.
5. The liaison body of the State in which the benefits are applied for shall send the forms that have been drawn up to the liaison body of the other State.

### *Article 10*

1. The liaison body of the other State shall complete the forms it has received with the following information:
  - (a) Insurance or contribution periods credited to the worker under its own legislation;

(b) The amount of the benefit awarded in accordance with the provisions of article 7, paragraph 3, of this Administrative Arrangement.

2. The liaison body referred to in the preceding paragraph shall send the duly completed forms to the liaison body of the State in which the worker applied for the benefits.

*Article 11*

1. Workers or their family members and other dependants shall be notified at their domicile of the decision on the requested benefits by the administrative agency of each State Party through the respective liaison body.

2. A copy of the decision shall be sent to the liaison body of the other State.

TITLE VI. FINAL PROVISIONS

*Article 12*

The administrative agencies and liaison bodies of the States Parties shall verify the authenticity of the documents submitted by workers or their family members and other dependants.

*Article 13*

The Multilateral Standing Committee shall establish and approve the liaison forms necessary for the application of the Agreement and Administrative Arrangement. The liaison forms must be used by the administrative agencies and liaison bodies to communicate with each other.

*Article 14*

This Administrative Arrangement shall remain in force as long as the Agreement.

This Agreement shall be deposited with the Government of the Republic of Paraguay, which shall send certified copies hereof to the Governments of the other States Parties.

Done at Montevideo on 15 December 1997, in one original in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Argentine Republic:

GUIDO DI TELLA  
Minister for Foreign Affairs and Worship

For the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Minister for Foreign Affairs

For the Republic of Paraguay:

RUBEN MELGAREJO LANZONI  
Minister for Foreign Affairs

For the Eastern Republic of Uruguay:

CARLOS PÉREZ DEL CASTILLO  
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION - TRADUCTION]

## ACCORD MULTILATÉRAL DE SÉCURITÉ SOCIALE DU MARCHÉ COMMUN DU SUD

Les Gouvernements de la République argentine, de la République fédérative du Brésil, de la République du Paraguay et de la République orientale d'Uruguay;

Considérant le Traité d'Asunción du 26 mars 1991 et le Protocole d'Ouro Preto du 17 décembre 1994; et

Désireux de définir des normes régissant les relations de sécurité sociale entre les pays membres du MERCOSUR;

Ont décidé de conclure le présent Accord multilatéral de sécurité sociale avec les dispositions suivantes:

### TITRE I. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

#### *Article I*

1. Aux fins du présent accord, les termes et expressions figurant ci-dessous ont la signification suivante:

- a) " Parties contractantes ", la République argentine, la République fédérative du Brésil, la République du Paraguay et la République orientale de l'Uruguay, ou tout autre État adhérant conformément aux dispositions de l'article 19 du présent accord;
- b) " Législation ", les lois, les règlements et autres dispositions de sécurité sociale en vigueur sur le territoire de chacune des Parties contractantes;
- c) " Autorités compétentes ", les titulaires des organismes gouvernementaux qui, conformément à la législation propre de chaque Partie contractante, comptent dans leurs compétences les régimes de sécurité sociale;
- d) " Organisme de liaison ", l'organisme chargé de la coordination entre les institutions des Parties contractantes qui interviennent dans l'application de l'Accord;
- e) " Entités de gestion ", les institutions compétentes pour accorder les prestations garanties par le présent Accord;
- f) " Travailleur ", toute personne qui, en raison du fait d'exercer ou d'avoir exercé une activité salariée ou indépendante, est ou a été soumise à la législation d'une ou de plusieurs des Parties contractantes;
- g) " Période d'assurance ", toute période reconnue comme telle par la législation sous laquelle elle a été accomplie, ainsi que toute période reconnue par ladite législation comme étant assimilée ou équivalente à une période d'assurance;
- h) " Prestations pécuniaires ", toutes les prestations en espèces, sous forme de rente, de subsides ou d'indemnisations prévues par les législations et mentionnées dans le présent Accord, en ce compris tout complément, supplément ou revalorisation;

- i) " Prestations de santé ", les prestations destinées à prévenir, préserver et rétablir la santé ou réhabiliter le travailleur sur le plan professionnel en vertu des dispositions prévues par les législations nationales respectives;
  - j) " Membres de la famille et assimilés ", les personnes définies ou considérées comme telles par les législations mentionnées dans le présent Accord.
2. Les autres termes ou expressions utilisés dans le présent Accord auront la signification qui leur est attribuée par la législation en vigueur.
3. Les Parties contractantes désigneront les Entités de gestion et les Organismes de liaison.

## TITRE II. CHAMP D'APPLICATION PERSONNEL

### *Article 2*

- 1. Les droits de sécurité sociale seront conférés aux travailleurs qui travaillent ou ont travaillé dans l'une ou l'autre des Parties contractantes. Ils bénéficieront, ainsi que les membres de leur famille et assimilés, des mêmes droits et seront soumis aux mêmes obligations que les ressortissants desdits États contractants eu égard aux dispositions spécifiques stipulées dans le présent Accord.
- 2. Le présent Accord s'appliquera également aux travailleurs de toute autre nationalité résidant sur le territoire d'un des États contractants à condition qu'ils travaillent ou aient travaillé dans les dits États contractants.

## TITRE III. CHAMP D'APPLICATION MATÉRIEL

### *Article 3*

- I. Le présent accord s'appliquera conformément à la législation de sécurité sociale afférente aux prestations contributives pécuniaires et sanitaires en vigueur dans les États contractants, sous la forme et dans les conditions prévues dans lesdites législations.
- 2. Chaque État contractant assurera les prestations pécuniaires et sanitaires conformément à sa propre législation.
- 3. Les normes en matière de prescription et de caducité en vigueur dans chaque État contractant s'appliqueront aux dispositions du présent Article.

## TITRE IV. DÉTERMINATION DE LA LÉGISLATION APPLICABLE

### *Article 4*

Le travailleur sera soumis à la législation de l'État contractant dans lequel il exerce ses activités professionnelles.

*Article 5*

Le principe établi à l'Article 4 fait l'objet des exceptions suivantes:

- 1.a) Le travailleur d'une entreprise ayant son siège dans l'un des États contractants qui assure des tâches professionnelles, de recherche, scientifiques, techniques ou de direction, ou des activités similaires et autres qui pourraient être définies par la Commission multilatérale permanente prévue à l'Article 16, paragraphe 2 et qui fait l'objet d'un détachement pour travailler sur le territoire d'un autre État contractant pendant une période limitée, continuera d'être soumis à la législation de l'État contractant d'origine pendant une période de 12 mois, laquelle période pourra être prolongée à titre exceptionnel moyennant le consentement préalable et formel des Autorités compétentes de l'autre État contractant;
  - 1.b) Le personnel naviguant des entreprises de transport aérien et le personnel de transit des entreprises de transport terrestre restera exclusivement soumis à la législation de l'État contractant dans lequel l'entreprise en question à son siège principal;
  - 1.c) Les membres d'équipage d'un navire battant le pavillon d'un des États contractants resteront soumis à la législation de ce même État. Tout autre travailleur employé pour des tâches de chargement et de déchargement, de réparation et de surveillance du navire au port sera soumis à la législation de l'État contractant exerçant sa juridiction sur ledit navire.
2. Les membres des représentations diplomatiques et consulaires, des organismes internationaux et les autres fonctionnaires ou employés de ces représentations seront soumis aux législations, traités et conventions les régissant.

**TITRE V. DISPOSITIONS EN MATIÈRE DE PRESTATIONS DE SANTÉ**

*Article 6*

1. Les prestations de santé seront accordées au travailleur temporairement muté dans un autre État contractant, ainsi qu'aux membres de sa famille et assimilés, à condition que l'Entité gestionnaire de l'État d'origine autorise ces prestations.
2. Les coûts engendrés conformément aux dispositions du paragraphe précédent seront à charge de l'Entité gestionnaire qui a autorisé les prestations.

**TITRE VI. TOTALISATION DES PÉRIODES D'ASSURANCE**

*Article 7*

1. Les périodes d'assurance réalisées dans les États contractants seront considérées, aux fins de l'octroi de prestations de vieillesse, d'âge avancé, d'invalidité ou de décès, sous la forme et aux conditions définies par le Règlement administratif. Ledit Règlement administratif stipulera également les mécanismes de paiement au prorata des prestations.
2. L'État contractant dans lequel le travailleur a cotisé pendant une période inférieure à 12 mois pourra refuser toute prestation, nonobstant le fait que cette période est prise en compte par les autres États contractants.

3. Si le travailleur ou les membres de sa famille et assimilés ne remplissent pas les conditions pour bénéficier du droit aux prestations conformément aux dispositions du paragraphe 1, on tiendra également compte des activités professionnelles assurées dans un État qui a conclu des accords bilatéraux ou multilatéraux de sécurité sociale avec l'un ou l'autre des États contractants.

4. Si un seul des États contractants a conclu une convention de sécurité sociale avec un autre pays aux fins de l'application du paragraphe 3, ledit État contractant devra assumer seul la période d'assurance réalisée dans ledit pays tiers.

*Article 8*

Les périodes d'assurance réalisées avant l'entrée en vigueur du présent Accord seront considérées comme des périodes d'assurance ultérieures à cette date si elles n'ont pas été prises en compte auparavant pour bénéficier de prestations pécuniaires dans un autre pays.

**TITRE VII. DISPOSITIONS APPLICABLES AUX RÉGIMES DE RETRAITE ET DE PENSION AVEC CAPITALISATION INDIVIDUELLE**

*Article 9*

1. Le présent Accord s'appliquera également aux travailleurs affiliés à un régime de retraite et de pension avec capitalisation individuelle, établi ou à établir par un des États contractants afin de bénéficier des prestations de vieillesse, d'âge avancé, d'invalidité ou de décès.

2. Les États contractants et ceux qui adhéreront au présent Accord à l'avenir qui mettent en oeuvre des régimes de retraite et de pension avec capitalisation individuelle pourront créer des mécanismes de transfert de fonds aux fins de l'obtention de prestations de vieillesse, d'âge avancé, d'invalidité ou de décès. Lesdits transferts s'effectueront si l'intéressé démontre son droit à l'obtention de prestations respectives. Les informations devront être fournies aux affiliés conformément à la législation en vigueur dans chacun des États contractants.

3. Les gestionnaires de fonds ou les compagnies d'assurances devront respecter les mécanismes stipulés dans le présent Accord.

**TITRE VIII. COOPÉRATION ADMINISTRATIVE**

*Article 10*

Les examens médicaux demandés par l'Entité gestionnaire d'un État contractant à des fins d'évaluation de l'incapacité temporaire ou permanente des travailleurs ou des membres de leur famille ou assimilés situés dans un autre État contractant seront réalisés par l'Entité gestionnaire de ce dernier État et seront à la charge de l'Entité gestionnaire qui les demande.

## TITRE IX. DISPOSITIONS FINALES

### *Article 11*

1. Les Entités gestionnaires des États contractants paieront les prestations pécuniaires dans la devise de leur pays.
2. Les Entités gestionnaires des États contractants créeront des mécanismes de transfert de fonds pour le paiement des prestations pécuniaires du travailleur ou des membres de sa famille ou assimilés qui résident dans un autre État contractant.

### *Article 12*

Les prestations pécuniaires accordées conformément au régime de l'un ou l'autre des États contractants ne feront l'objet d'aucune réduction, suspension ou extinction du simple fait que le travailleur ou les membres de sa famille ou assimilés résident dans un autre État contractant.

### *Article 13*

1. Les documents requis aux fins du présent Accord ne nécessiteront aucune traduction officielle, signature ou légalisation par des autorités diplomatiques, consulaires ou publiques s'ils ont été émis avec l'intervention d'une Entité gestionnaire ou d'un Organisme de liaison.
2. La correspondance entre les Autorités compétentes, les Organismes de liaison et les Entités gestionnaires des États contractants sera rédigée dans la langue officielle de l'État émetteur.

### *Article 14*

Les demandes et documents soumis aux Autorités compétentes ou aux Entités gestionnaires de chaque État contractant dans lesquels l'intéressé atteste de périodes d'assurance ou de sa résidence sortiront leurs effets comme s'il les avait présentés aux Autorités compétentes ou Entités gestionnaires correspondantes de l'autre État contractant.

### *Article 15*

Les recours pouvant être interjetés devant une Autorité compétente ou une Entité gestionnaire de tout État contractant dans lesquels l'intéressé atteste de périodes d'assurance ou de sa résidence seront considérés comme opportuns, même s'ils sont soumis à l'institution correspondante de l'autre État contractant, à condition qu'ils soient interjetés dans le délai stipulé par la législation de l'État contractant devant connaître desdits recours.

*Article 16*

1. Le présent Accord s'appliquera conformément aux dispositions du règlement administratif.
2. Les Autorités compétentes constitueront une Commission multilatérale permanente qui se prononcera par consensus. Chaque représentation comptera au plus trois membres de chaque État contractant. Ladite Commission assumera les fonctions suivantes:
  - a) vérifier l'application du présent Accord, du règlement administratif et des autres instruments complémentaires;
  - b) conseiller les Autorités compétentes;
  - c) prévoir les éventuelles modifications, extensions et normes complémentaires;
  - d) mener des négociations directes, pendant une période de six mois, afin de résoudre les éventuelles divergences concernant l'interprétation ou l'application du présent Accord. Au terme du délai précité, si lesdites divergences ne sont pas résolues, l'un ou l'autre des États contractants pourra faire appel au système de résolution des litiges en vigueur entre les États contractants du Traité d'Asunción.
3. La Commission multilatérale permanente se réunira une fois par an, alternativement dans chacun des États contractants, ou à la demande de l'un d'entre eux.
4. Les Autorités compétentes pourront déléguer l'élaboration du Règlement administratif et des autres instruments complémentaires à la Commission multilatérale permanente.

*Article 17*

1. Le présent Accord est soumis à ratification et entrera en vigueur à partir du premier jour du mois suivant la date de dépôt du dernier acte de ratification.
2. Le présent Accord et ses documents de ratification seront transmis au Gouvernement de la République du Paraguay, lequel communiquera aux Gouvernements des autres États contractants la date de dépôt des actes de ratification et de l'entrée en vigueur du présent Accord.
3. Le Gouvernement de la République du Paraguay enverra une copie authentifiée du présent accord aux Gouvernements des autres États contractants.
4. À partir de l'entrée en vigueur du présent Accord, les conventions bilatérales de sécurité sociale ou de prévision sociale conclues entre les États contractants seront considérées comme abrogées. L'entrée en vigueur du présent Accord n'impliquera aucunement la perte de droits acquis en vertu des conventions bilatérales précitées.

*Article 18*

1. Le présent accord est conclu pour une durée indéterminée.
2. L'État contractant qui désire résilier le présent Accord pourra le dénoncer à tout moment par voie diplomatique, en notifiant son intention au dépositaire, lequel la commu-

niquera aux autres États contractants. Dans ce cas, les droits acquis en vertu du présent Accord ne seront pas affectés.

3. Les États contractants réglementeront, d'un commun accord, les situations découlant de la résiliation du présent Accord.

4. Ladite résiliation prendra ses effets six mois après la date de sa notification.

*Article 19*

Le présent Accord sera ouvert à l'adhésion, moyennant négociations, de tout État rejoignant à l'avenir le Traité d'Asunción.

Fait à Montevideo, le quinze décembre 1997, en un original rédigé en portugais et en espagnol, les deux textes étant parfaitement authentiques.

Pour la République argentine :

GUIDO DI TELLA  
Ministre des Affaires étrangères et du Culte

Pour la République fédérative du Brésil :

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Ministre des Affaires étrangères

Pour la République du Paraguay :

RUBEN MELGAREJO LANZONI  
Ministre des Affaires étrangères

Pour la République orientale d' Uruguay :

CARLOS PÉREZ DEL CASTILLO  
Ministre des Affaires étrangères

## RÈGLEMENT ADMINISTRATIF POUR L'APPLICATION DE L'ACCORD MULTILATÉRAL DE SÉCURITÉ SOCIALE DU MARCHÉ COMMUN DU SUD

Les Gouvernements de la République argentine, de la République fédérative du Brésil, de la République du Paraguay et de la République orientale de l'Uruguay.

Conformément aux dispositions de l'article 16 de l'Accord multilatéral de sécurité sociale, le règlement administratif suivant stipule:

### TITRE I. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

#### *Article 1*

Pour l'application du présent Règlement administratif:

1. Le terme " Accord " désigne l'Accord multilatéral de sécurité sociale entre la République argentine, la République fédérative du Brésil, la République du Paraguay et la République orientale d'Uruguay ou tout autre État y adhérent.

2. L'expression " Règlement administratif " désigne le présent Règlement administratif.

3. Les termes et expressions définis à l'article I de l'Accord auront la même signification dans le présent Règlement administratif.

4. Les délais mentionnés dans le présent Règlement administratif seront exprimés en jours ouvrables, sauf dispositions contraires expresses. Si l'échéance coïncide avec un jour férié, le délai sera prolongé jusqu'au jour ouvrable suivant.

#### *Article 2*

1. Les Autorités compétentes sont les titulaires: en Argentine, du Ministère du Travail et de la Sécurité Sociale et du Ministère de la Santé et de l'Action Social; au Brésil, du Ministère de la Prévoyance et de l'Assistance Sociale et du Ministère de la Santé; au Paraguay, du Ministère de la Justice et du Travail et du Ministère de la Santé Publique et du Bien-être Social; et en Uruguay, du Ministère du Travail et de la Sécurité Sociale.

2. Les entités gestionnaires sont: en Argentine: l'Administration Nationale de la Sécurité Sociale (ANSES), les Caisse ou institutions municipales et provinciales de prévoyance, la Direction des administrateurs de fonds de retraite et de pension et les administrateurs de fonds de retraite et de pension appliquant les régimes de protection sociale en matière de vieillesse, d'invalidité et de décès basés sur les systèmes de répartition ou sur le système de capitalisation individuelle, et l'Administration Nationale d'Assurance Santé (ANSSAL) en ce qui concerne les prestations en matière de santé; et l'Administration Nationale d'Assurance Santé (ANSSAL); au Brésil, l'Institut National de Sécurité Sociale (INSS) et le Ministère de la Santé; au Paraguay, l'Institut de Prévoyance Sociale (IPS); et en Uruguay, la Banque de Prévoyance Sociale (BPS).

3. Les organismes de liaisons sont: en Argentine, l'Administration Nationale de la Sécurité Sociale (ANSES) et l'Administration Nationale d'Assurance Santé (ANSSAL); au

Brésil, l'Institut National de Sécurité Sociale (INSS) et le Ministère de la Santé; au Paraguay, l'Institut de Prévoyance Sociale (IPS); et en Uruguay, la Banque de Prévoyance Sociale (BPS).

4. Les organismes de liaisons stipulés au paragraphe 3 du présent article auront pour objectif de faciliter l'application de l'Accord et d'adopter les mesures nécessaires pour garantir sa rationalisation maximale et la simplification administrative.

## TITRE II. DISPOSITIONS EN MATIÈRE DE DÉTACHEMENT PROVISOIRE DES TRAVAILLEURS

### *Article 3*

1. Dans les cas prévus au paragraphe " 1.a ) " de l'article 5 de l'Accord, l'Organisme de liaison émettra, à la demande de l'entreprise de l'État d'origine du travailleur temporairement détaché sur le territoire d'un autre État, un certificat attestant que le travailleur reste soumis à la législation de l'État d'origine et mentionnant les membres de sa famille et assimilés qui l'accompagnent pendant ce détachement. Une copie dudit certificat devra être remise au travailleur.

2. L'entreprise qui a temporairement détaché le travailleur signalera, le cas échéant, à l'Organisme de liaison de l'État qui a émis ledit certificat la fin des activités stipulées dans la situation antérieure.

3. Aux fins stipulées au paragraphe " 1.a ) " de l'article 5 de l'Accord, l'entreprise devra soumettre une demande de prolongation à l'Entité gestionnaire de l'État d'origine. L'Entité gestionnaire de l'État d'origine délivrera le certificat de prolongation correspondant après consultation et consentement formel de l'Entité gestionnaire de l'autre État.

4. L'entreprise présentera les demandes précitées dans les paragraphes 1 et 3 au moins trente jours avant la date du fait génératrice. À défaut, le travailleur restera automatiquement soumis, à compter du début des activités ou de la date d'expiration du délai consenti, à la législation de l'État dans lequel il poursuit ses activités.

## TITRE III. DISPOSITIONS EN MATIÈRE DE PRESTATIONS DE SANTÉ

### *Article 4*

Pour continuer à bénéficier des prestations de santé pendant le séjour dans l'État contractant dans lequel ils se trouvent, le travailleur détaché temporairement, conformément aux dispositions du paragraphe " 1.a ) " de l'article 5 de l'Accord, et les membres de sa famille et assimilés devront présenter à l'Organisme de liaison le certificat évoqué aux paragraphes 1 ou 3 de l'article précédent.

### *Article 5*

Le travailleur, ou les membres de sa famille et assimilés, qui nécessite une aide médicale urgente devra présenter à l'Entité gestionnaire de l'État dans lequel il se trouve le certificat délivré par l'État d'origine.

## TITRE IV. TOTALISATION DES PÉRIODES D'ASSURANCE

### *Article 6*

I. Conformément aux dispositions de l'article 7 de l'Accord, les périodes d'assurance réalisées sur le territoire des États contractants seront prises en compte pour l'obtention des prestations contributives en matière de vieillesse, d'âge avancé, d'invalidité ou de décès, à condition que les règles suivantes soient respectées:

- a) Chaque État contractant considérera les périodes réalisées et attestées par l'autre État, à condition qu'elles ne se chevauchent pas, comme des périodes d'assurance conforme à sa propre législation;
- b) Les périodes d'assurance réalisées avant l'entrée en vigueur de l'Accord seront considérées uniquement si le travailleur doit accomplir des périodes de travail à partir de cette date;
- c) La période réalisée dans un État contractant sous un régime d'assurance volontaire sera uniquement considérée si elle ne coïncide pas avec une période d'assurance obligatoire réalisée dans l'autre État.

2. Si l'application du paragraphe 2 de l'article 7 de l'Accord décharge de leurs obligations toutes les Entités gestionnaires compétentes des États contractants affectés, les prestations seront exclusivement accordées par le dernier des États contractants dans lequel le travailleur remplit les conditions requises par sa législation, après une totalisation de toutes les périodes d'assurance réalisées par le travailleur dans tous les États contractants.

### *Article 7*

Les prestations auxquelles les travailleurs, les membres de leur famille et assimilés, ont droit en vertu de la législation de chacun des États contractants respecteront les normes suivantes:

1. Si les conditions requises par la législation d'un État contractant pour pouvoir bénéficier des prestations sans qu'il soit nécessaire de recourir à la totalisation des périodes stipulée au Titre VI de l'Accord sont remplies, l'Entité gestionnaire accordera les prestations en vertu uniquement des dispositions de la législation nationale appliquée, sans préjudice de la totalisation pouvant être demandée par le bénéficiaire.

2. Si le droit aux prestations ne découle pas uniquement des périodes d'assurance réalisées dans l'État contractant en question, l'octroi des prestations devra tenir compte de la totalisation des périodes d'assurance réalisées dans les autres États contractants.

3. Si le paragraphe précédent s'applique, l'Entité gestionnaire déterminera, dans un premier temps, le montant de la prestation à laquelle l'intéressé ou les membres de sa famille et assimilés auraient droit comme si les périodes d'assurance avaient été réalisées dans le cadre de sa propre législation. Par la suite, elle fixera le montant des prestations proportionnellement aux périodes d'assurance réalisées exclusivement dans le cadre de ladite législation.

## **TITRE V. PRÉSENTATION DE DEMANDES**

### *Article 8*

1. Pour pouvoir bénéficier des prestations conformément aux dispositions de l'article 7 ci-dessus, les travailleurs ou les membres de leurs familles et assimilés devront présenter une demande, rédigée sur un formulaire spécial, à l'Organisme de liaison de l'État dans lequel ils résident.

2. Les travailleurs ou les membres de leurs familles et assimilés qui résident sur le territoire d'un autre État devront s'adresser à l'Organisme de liaison de l'État contractant dans lequel le travailleur était assuré pendant sa dernière période d'assurance.

3. Sans préjudice des dispositions stipulées au paragraphe 1, les demandes adressées aux Autorités compétentes ou Entités gestionnaires de tout État contractant dans lequel l'intéressé atteste de périodes d'assurance ou a sa résidence principale produiront les mêmes effets que si elles avaient été soumises à l'Organisme de liaison évoqué dans les paragraphes précédents. Les Autorités compétentes ou Entités gestionnaires destinataires seront tenues de les envoyer sans retard à l'Organisme de liaison compétent, en mentionnant les dates auxquelles les demandes ont été présentées.

### *Article 9*

1. Pour les démarches concernant les demandes de prestations pécuniaires, les Organismes de liaison utiliseront un formulaire spécial qui mentionnera notamment les données d'affiliation du travailleur ou, le cas échéant, des membres de sa famille et assimilés, ainsi que le récit et le résumé des périodes d'assurance réalisées par le travailleur dans les États contractants.

2. L'Organisme de liaison de l'État dans lequel les prestations sont demandées évaluera, le cas échéant, l'incapacité provisoire ou permanente et délivrera le certificat correspondant qui sera joint aux examens médicaux du travailleur ou, le cas échéant, des membres de sa famille et assimilés.

3. Les diagnostics médicaux du travailleur indiqueront, notamment, si l'incapacité temporaire ou l'invalidité ont été provoquées par un accident de travail ou une maladie professionnelle et si une réhabilitation professionnelle est nécessaire.

4. L'Organisme de liaison de l'autre État se prononcera concernant la demande, conformément à sa législation et en tenant compte des examens médicaux pratiqués.

5. L'Organisme de liaison de l'État dans lequel les prestations sont demandées communiquera le formulaire complété à l'Organisme de liaison de l'autre État.

### *Article 10*

1. L'Organisme de liaison de l'autre État complétera les formulaires reçus en mentionnant les informations suivantes:

a) les périodes d'assurance attestées pour le travailleur conformément à sa propre législation;

b) le montant des prestations accordées conformément aux dispositions du paragraphe 3 de l'article 7 du présent Règlement administratif.

2. L'Organisme de liaison évoqué dans le paragraphe précédent transmettra les formulaires dûment complétés à l'Organisme de liaison de l'État dans lequel le travailleur demande les prestations.

*Article 11*

1. La décision concernant les prestations demandées par le travailleur ou les membres de sa famille et assimilés sera notifiée à leur domicile par l'Entité gestionnaire de chaque État contractant, par l'intermédiaire de l'Organisme de liaison concerné.

2. Une copie de ladite décision sera adressée à l'Organisme de liaison de l'autre État.

**TITRE VI. DISPOSITIONS FINALES**

*Article 12*

Les Entités gestionnaires et les Organismes de liaison des États contractants devront contrôler l'authenticité des documents présentés par le travailleur ou les membres de sa famille et assimilés.

*Article 13*

La Commission multilatérale permanente établira et approuvera les formulaires de liaison nécessaires pour l'application de l'Accord et du Règlement administratif. Lesdits formulaires de liaison devront être utilisés par les Entités gestionnaires et les Organismes de liaison à des fins de communication réciproque.

*Article 14*

Le présent Règlement administratif aura la même durée que celle de l'Accord.

Le présent Accord sera communiqué au Gouvernement de la République du Paraguay, lequel enverra une copie certifiée conforme aux Gouvernements des autres États contractants.

Fait à Montevideo, le quinze décembre 1997, en un original rédigé en portugais et en espagnol, les deux textes étant parfaitement authentiques.

Pour la République argentine :

GUIDO DI TELLA  
Ministre des Affaires étrangères et du Culte

Pour la République fédérative du Brésil :

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Ministre des Affaires étrangères

Pour la République du Paraguay :

RUBEN MELGAREJO LANZONI  
Ministre des Affaires étrangères

Pour la République orientale d' Uruguay :

CARLOS PÉREZ DEL CASTILLO  
Ministre des Affaires étrangères